//Economia

56

MIL MENOS CHEQUES CARECAS
O número de cheques devolvidos por falta de cobertura atingiu os 56 mil até abril (menos 33,7 mil face a igual período de 2013), num montante total de 154,5 milhões de euros (menos 131,1 M€), segundo o Banco de Portugal.

Governo funde medidas de apoio ao emprego

Proposta do Executivo visa ajustar as ajudas ao mercado de trabalho **Programa** Estímulo deverá ser um dos abrangidos

Lucília Tiago
ltiago@dinheirovivo.pt

O Governo quer reformular as medidas ativas de emprego e admite fundir numa única os apoios que agora são dados através do Programa Estímulo 2013 com a que reduz a Taxa Social Única (TSU).

As propostas seguiram no início da semana para os parceiros sociais e estiveram ontem a ser alvo de uma primeira análise pela mesa negocial que reúne representantes das confederações patronais, do Governo e das centrais sindicais. Em cima da mesa está um documento que reorganiza as medidas atualmente em vigor e que revoga outras, por se entender que estão desajustadas "face às necessidades e à realidade do mercado do trabalho".

ESTÍMULO EMPREGO

APOIOS À CONTRATAÇÃO No esquema proposto pelo Governo prevê-se que o Programa Estímulo 2013 e o apoio à contratação através do reembolso da TSU possam ser fundidos numa única medida, mantendo-se as componentes de ambos. A nova medida passaria a designar-se por Estímulo Emprego. As regras em vigor no Estímulo 2013 preveem que as empresas recebam um apoio equivalente a 50% do salário, sendo este majorado em 10% quando esteja em causa a contratação de uma pessoas sem trabalho há mais de 12 meses, que receba o rendimento social de inserção, tenha menos de 25 anos ou mais de 50 anos. No total, aquele apoio nunca pode ser superior a 419,22 euros se se tratar de um contrato a termo, ou a 544,99 euros se o contrato for sem termo.

Já a medida que visa a TSU prevê o reembolso a 100% desta taxa aos empregadores que fizerem contratos sem termo e a 75% quando o contrato é a prazo. É igualmente dada prioridade à contratação de jovens e desempregados mais velhos.

INCENTIVO EMPREGO

MANUTENÇÃO Esta medida abrange os contratos efetuados desde outubro de 2013 e visa impulsionar novas contratações. Tem por destinatários todas as empresas que empregaram pessoas desde aquela data e as empresas de trabalho temporário, independentemente da duração do contrato. Em troca, as empresas recebem um apoio equivalente a 1% da retribuição mensal do trabalhador. A medida estará ativa até ao final de setembro de 2015 ou até à data em que se verifique a cessação do contrato.

CRIAR EMPRESAS

CONJUNTO O Governo propôs ainda a manutenção de vários apoios à criação do próprio emprego e ao empreendedorismo, nomeadamente o Programa Nacional de Microcrédito, o Passaporte para o Empreendedorismo ou a criação do próprio emprego com recurso às prestações de desemprego. Neste capítulo, o Governo sugere a extinção do regime de incentivos à prestação de serviço militar em regime de contrato.

ESTÁGIOS E INSERÇÃO

UNIVERSO Os Estágios Emprego destinam-se a vítimas de violência doméstica, pessoas com idades entre os 18 e os 30 anos ou mais velhas, mas que tenha obtido há menos de três anos uma qualificação e estejam à procura de emprego. Têm a duração de 12 meses, não prorrogáveis e vão ser mantidos, tal como os programas de estágios na administração pública – PEPAC e PEPAL. O Governo propõe ainda continuar os contratos Emprego Inserção e Emprego Inserção +.●



Os centros de emprego dinamizam alguns dos programas disponíveis para criar postos de trabalho

SÉRGIO FREITAS / GLOBAL IMAGENS

Reduzir prazos pode ser negativo

AS PROPOSTAS que aceleram a caducidade dos contratos coletivos e reduzem o prazo de sobrevigência devem voltar a ser discutidas pela Concertação Social na reunião que está agendada para a próxima semana. O tema não conta com o apoio de todos os parceiros e há juristas que veem mais riscos do que vantagens em reduzir de cinco para dois o prazo de caducidade.

O prazo de dois anos – proposto pelo Governo e pelas confederações patronais – pode revelar-se demasiado curto perante o tipo de negociações que estão em causa, sublinha José Maria Castelo Branco, jurista da CCA Advogados. "Reduzir de cinco para dois anos pode pôr em causa a estabilidade das relações laborais", acabando por trazer mais problemas do que vantagens a trabalhadores e empregadores, salienta o jurista. Já a redução de 18 para 6 meses na negociação do contrato faz sentido, para este jurista, uma vez que se as partes não conseguiam entender-se quando dispunham de um prazo bastante maior, dificilmente conseguirão fazê-lo mais cedo. LT.

Fisco avisa que vai estar atento a divergências

IMPOSTOS

AS EMPRESAS e os contribuintes que em 2013 tiveram rendimentos da categoria B (no regime simplificado ou com contabilidade organizada) estão a receber um e-mail da Autoridade Tributária a avisar que o Fisco vai reforçar o cruzamento de dados para filtrar eventuais divergências entre as faturas que passaram e emitiram em 2013 e os rendimentos declarados.

O e-mail está a ser enviado antes do final do prazo para a entrega daquelas declarações, podendo os contribuintes fazer eventuais correções até 31 de maio. Findo este prazo, e caso haja divergências, o Fisco avança com uma ação de investigação e com o respetivo processo fiscal, o que implicará o pagamento de coimas. LT.

Há mais dinheiro a chegar dos emigrantes

REMESSAS

AS REMESSAS dos emigrantes aumentaram 1,4% no 1.º trimestre do ano para 228,5 milhões de euros, enquanto o dinheiro enviado pelos imigrantes em Portugal diminuiu 2,9%, para 115,4 milhões de euros, divulgou o Banco de Portugal.

França continua a ser o país de onde é enviado mais dinheiro (202 milhões de euros), seguida dos emigrantes na Suíça (151 M€), em Angola (75M€), Reino Unido (41 M€), Espanha e Alemanha, com valores ligeiramente acima dos 39 M€, e nos EUA, com 29,9 milhões.

Em relação aos imigrantes, os brasileiros foram os que mais enviaram dinheiro para o seu país de origem (53,2 M€), seguidos dos chineses, com 16,6 milhões.●